

O papel das instituições formadoras de professores de Geografia no estado de Goiás

El papel de las instituciones formadoras de profesores de Geografía en el estado de Goiás

Ivanilton José de Oliveira¹

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais
ivanilton.oliveira@gmail.com

Thiago Aires Silva

Universidade Federal de Goiás, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
thiagosilva.geografia@gmail.com

RESUMO: A formação do professor de Geografia é um assunto amplamente discutido na academia e instituições escolares, ainda que não haja consensos. Sendo assim, é objetivo do presente texto discutir a formação do professor de Geografia a partir dos dados oficiais disponibilizados por órgãos governamentais e pelas próprias instituições formadoras. Para encaminhar esta análise, relaciona-se a estrutura destas instituições com indicadores de qualidade, por meio de processos de avaliação de cursos, e o baixo desempenho daqueles que prestaram o último concurso público para docentes do estado de Goiás. Apresenta-se a caracterização dos cursos de formação docente destas instituições formadoras com relação ao seus PPC, CPC e IGC. Apresenta-se ainda o seu perfil de formação. Conclui-se, a partir dos dados, que há uma crescente demanda do mercado de trabalho, cada vez mais exigente, que se confronta com profissionais pouco habilitados por uma formação inicial insatisfatória.

Palavras-chave: Educação Superior. Formação Docente. Avaliação de Qualidade. Professores de Geografia.

RESUMEN: La formación del profesor de geografía es un tema ampliamente discutido en la academia e instituciones educativas, aunque no hay consenso. Así, es objetivo de este trabajo enseñar la formación del profesorado de geografía a partir de datos oficiales proporcionados por las agencias gubernamentales y por las propias instituciones formativas. Para desarrollar este análisis, relacionase la estructura de estas instituciones con los indicadores de calidad, hechos a través de procesos de evaluación de los cursos, y de bajas aprobaciones en la última oposición pública para el profesorado del estado de Goiás. Se presenta la caracterización de los cursos de formación del profesorado de estas instituciones educativas con respecto a su PPC, CPC y CIG. Presenta aún su perfil de formación. En conclusión, los datos señalan que hay una creciente demanda en el mercado laboral, cada vez más exigente, pero que se afronta con un profesional poco habilitado por su débil formación inicial.

¹ Professor Adjunto do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

Palabras clave: Educación Superior. Formación Docente. Evaluación de Calidad; Profesorado de geografía.

INTRODUÇÃO E ANÁLISE DA CONJUNTURA

Refletir sobre a formação de professores no Brasil, seus limites e perspectivas, é extremamente difícil, pois não há discursos e teorias consensuais sobre a questão. Desta maneira, pensamos em abordar a temática tomando por base os dados oficiais disponibilizados por órgãos governamentais e pelas próprias instituições formadoras, a fim de delinear e colocar em discussão a própria formação destes profissionais da educação, em específico os de Geografia.

Muitos são os dados e informações disponibilizados sobre a educação nacional, a exemplo daqueles produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que oferece, por meio de avaliações sistemáticas, informações sobre cursos superiores e instituições mantenedoras, além de dados atualizados e informações adicionais sobre aspectos gerais dos cursos ofertados no território brasileiro. Além disso, as informações obtidas pelo INEP auxiliaram na elaboração de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que agrupa num só indicador os conceitos de fluxo escolar e médias de desempenho. Este índice possibilita avaliar e estabelecer metas de qualidade educacional para o sistema de ensino básico. Já para o ensino superior, há o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece uma avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Todo esse arsenal de dados e informações a respeito da educação nos permite elucidar a fragilidade do ensino básico. O IDEB (sem entrar no mérito desses dados), como já mencionado, é composto pelo Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil². Esse índice pode variar de uma nota de 0 até 10. A meta para o Brasil é atingir a média 6,0 (média de países desenvolvidos), mas a projeção para alcançar essa média, segundo o próprio INEP, é para depois de 2021. Pode-se comprovar pela Tabela 1 que esse valor está muito distante, já que, ainda em 2009, não se passou de 4,2 para a 4^o série do ensino fundamental, valor esse que ainda foi comemorado por superar as metas/expectativas para o mesmo período.

O sistema educacional do estado de Goiás não está em uma condição aceitável, o qual, por sinal, encontra-se similar da realidade educacional brasileira. Outro ponto importante a se destacar é a queda do índice quanto à evolução das etapas de ensino.

O estado de Goiás inicia com índices de 5.7, em 20013, para a 5^o ano do ensino fundamental e termina com um índice de 4.0, também em 2013, para o 3^o ano do ensino médio, ou seja, percebemos que conforme as etapas de ensino mudam, igualmente ao longo dos anos, as médias tendem a cair.

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2007-2013.

Referência Geográfica	Etapa de Ensino	IDEB			
		2007	2009	2011	2013
Brasil	4 ^o série / 5 ^o ano	4.2	4.6	5.0	5.2

² Que envolve testes de língua portuguesa e matemática aplicados no quinto e nono anos do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio.

	8° série / 9° ano	3.8	4.0	4.1	4.2
	3° série EM	3.5	3.6	3.7	3.7
Goiás	4° série / 5° ano	4.3	4.9	5.3	5.7
	8° série / 9° ano	3.8	4.0	4.2	4.7
	3° série EM	3.1	3.4	3.8	4.0

Sobre os melhores índices nas series iniciais do ensino fundamental é resultado de investigações e relevam a contribuições da esfera local na gestão educacional, no caso dos municípios, com políticas e inovações que contribuem para alguma melhoria da qualidade desta educação (Brasil/Mec/Unicef/Undime, 2008). Contudo, tal ação de municipalização da educação não foi suficiente para solucionar todo o problema do sistema educacional do Brasil e, ainda mais específico, de Goiás.

Assim, sobre as discussões sobre a pífia qualidade da educação básica encontramos como causa ainda, por exemplo, os problemas estruturais dos espaços físicos das instituições de ensino, as condições de trabalho e remuneração dos docentes, a desigualdade abismal de bases materiais e de formação dos professores etc.

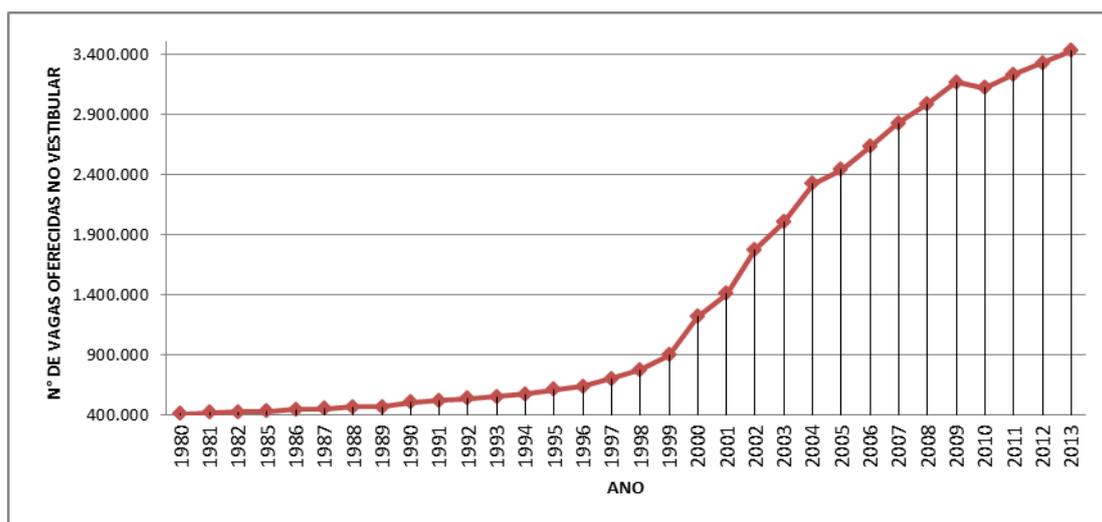
É sobre esse último enfoque, da formação de professores, que debruçaremos maior atenção, isso porque uma grande parte dos saberes que constituem o professor, incluso o de Geografia, está na formação inicial deste profissional (SILVA, 2011). Assim levantaremos neste trabalho uma discussão sobre a formação dos profissionais, em específico da área de Geografia, que atuam ou atuarão nas escolas do ensino básico, além do papel das instituições formadoras neste processo de formação e capacitação do exercício docente. Destacamos que nosso objetivo, nesse artigo, é refletir como a formação dos professores de Geografia se apresentam frente à realidade educacional brasileira. Em outros termos, discutimos sobre as percepções da formação do professor, a partir de dados oficiais, como solução ou reprodução dos problemas educacionais do nosso país.

1. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO BRASIL E EM GOIÁS

Desde o final do século XX e ao longo do início do século XXI a educação brasileira passa por grandes reformas. Neste período, entre outras iniciativas, tivemos a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a implementação do FUNDEF, em funcionamento entre 1997 e 2006 e hoje substituído pelo FUNDEB, em vigor até 2020; a ampliação da privatização e fragmentação do ensino superior; a proposição dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (PCN e DCN); a adoção de sistemas nacionais e estaduais de avaliação da educação básica (SAEB, ENEM etc.) e da educação superior (ENADE, CPC, IGC etc.).

O Gráfico 1, para motivo de exemplificação, destaca o grande salto no número de vagas oferecidas que ocorre, principalmente, na década de 1990. Sem dúvida as reformas na educação já citadas desencadearam um processo de expansão do ensino superior pelo país e, conseqüentemente, de formação de profissionais em educação. Fato que discutiremos mais adiante

Gráfico 1: BRASIL - Evolução do número de vagas oferecidas nos vestibulares (1980 – 2013)



Fonte: MEC/INEP/SEEC, 2014.

É importante salientar também que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, estabeleceu significativas mudanças relativas à formação dos docentes habilitados a atuar na educação básica. No Título VI, *dos profissionais da educação*, o art. 62 estabelece que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior”.

A exigência histórica da LDB/96, sobre a formação superior para a atuação docente, tinha como objetivo o acréscimo de qualidade, no sentido de formar profissionais mais eficientes. Segundo dados da evolução da educação superior disponibilizados pelo INEP, o número de inscritos (candidatos) de 1996 para 1997, a partir da nova LDB, aumentou mais de 26% no estado de Goiás, com aumentos menos significativos nos demais anos.

Contudo, as legislações não possuem o poder, por si só, de alterar a realidade educacional e, de modo específico, da formação inicial e/ou continuada dos professores. Ainda hoje, sobre a licenciatura, há um forte debate sobre a fragilidade da formação superior dos alunos pelas instituições mantenedoras, além do baixo prestígio da carreira que sofrem esses profissionais.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2010 (MEC/INEP/DEED, 2010), de todos os cursos presenciais de graduação do país (que chega a mais de 28.000), a área da Educação³ representa 25,78% do montante e 18,3% das vagas oferecidas, enquanto os 330 cursos de Geografia representam apenas 1,15% do total (4,5% da área da educação) e seu número de vagas oferecidas corresponde a meros 0,6%. Diante do exposto percebemos que os cursos de licenciaturas presenciais, e de Geografia em específico, possuem ainda pouca expressão no cenário nacional.

Já em relação aos cursos à distância, a área da Educação corresponde por quase 56% do total. No Brasil, ainda segundo os dados do Censo da Educação Superior (2010), existem 25 cursos de licenciatura em Geografia à distância, sendo responsáveis por 6,68% do total de cursos e 4,8% da área da Educação.

Outro fator que evidencia o desprestígio da licenciatura em relação aos demais cursos é a concorrência. Quando observamos estes dados percebemos que a média do bacharelado é

³ O Censo da Educação Superior divide a área da educação em cursos de Pedagogia e análogos, formação de professores de disciplinas profissionais e, por fim, cursos de formação de professores de matérias específicas (que abrange o curso de Geografia em específico).

ainda mais alta que a da licenciatura em Geografia. Enquanto a concorrência da licenciatura em Geografia é de 2 candidatos por vaga, o bacharelado teve, em 2010, uma média de 2,9 c/v. Para efeito de comparação, a média geral dos cursos do Brasil é de 2,1 c/v, a da área da Educação de 1,76 c/v, enquanto as Ciências da Terra (que inclui o bacharelado em Geografia) é de 4,1 c/v.

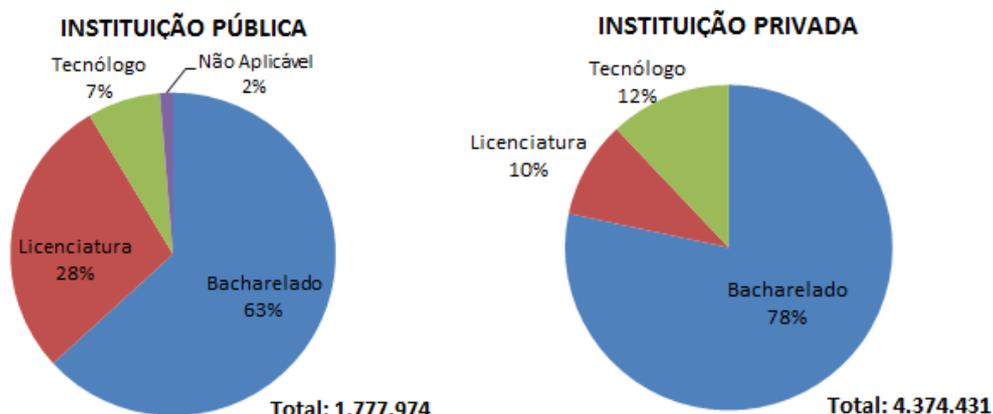
Sobre as matrículas em cursos de graduação presenciais os resultados também não são muito diferentes. Segundo o Censo da Educação (2010), os bacharelados correspondem a 71,2% das matrículas, enquanto as licenciaturas apenas 18,8%, o restante divide-se sobre os cursos tecnólogos e não aplicáveis.

No Brasil as instituições particulares ainda possuem enorme vantagem sobre as instituições públicas em relação ao número de matrículas. Em Goiás, desta forma, não podia ser diferente, são mais de 120 mil alunos matriculados em instituições privadas contra cerca de 53 mil em instituições federais, estaduais e municipais⁴.

Analisando os problemas do ensino básico, podemos destacar que o professor da rede pública, em sua maioria, não consegue romper com o ensino tradicional devido ao tipo de ensino superior que teve (ROSA, 2003:165). Diante disso cabe uma pergunta: Quem são os formadores de professores no Brasil? E em específico de Goiás?

O bacharelado ainda é a modalidade mais procurada no ensino superior, número ainda mais acentuado nas instituições particulares. Assim, vale destacar que ainda são as instituições públicas as grandes responsáveis pela formação de professores no Brasil (Gráfico 2). Elas são responsáveis, sozinhas, por 62% das matrículas em cursos de licenciaturas no país (MEC/INEP, 2010). Sem dúvida são elas - as instituições públicas - às grandes responsáveis pela formação de professores da rede básica.

Gráfico 2: GOIÁS - Número de matrículas em cursos de graduação nas instituições públicas e particulares (2013)



Fonte: Sinopse do Censo da Educação Superior 2010; INEP/MEC, 2013

Sobre o aporte das instituições públicas na formação de professores, Penin (2001) faz uma ressalva:

[...] Diferentemente dos anos 30 e das décadas seguintes, a universidade pública não apresenta hoje uma contribuição proporcionalmente significativa na formação dos professores secundários em serviço. Desde os anos 70 o setor privado de escolas superiores tem aproveitado o filão não atendido pelas universidades públicas. (PENIN, 2001, p. 325)

⁴ Devemos lembrar que as instituições municipais, apesar de públicas, não oferecem ensino gratuito.

Basta analisar os dados dos concluintes nos cursos de graduação em Goiás que notamos essa evidentemente ascensão das instituições mantenedoras particulares em detrimento das públicas. Em 2010, os concluintes de Goiás estavam distribuídos nas seguintes modalidades: 69% nos cursos de bacharelado, 21,6% nos cursos de licenciatura e 9,4% nos cursos de tecnólogo. Em quantitativo de concluintes, as universidades públicas só ganhavam nos cursos de licenciatura, com 60% dos concluintes totais. Perdiam referentes aos cursos de bacharelado (22% contra 78% das instituições particulares) e nos cursos tecnólogos (36% contra 64%).

Se até as décadas de 70 e 80 do século passado a maior parte das vagas no ensino superior pertenciam às universidades públicas, isso não significa que atendia a maior parte da população. Nesse período o ensino superior ainda era para uma pequena parcela da população. Como exposto anteriormente, foi na década de 90 que essa relação de vagas entre instituições privadas e públicas do ensino superior se inverteu. Tal fato talvez tenha ocorrido pela falta de ampliação no setor público. Entretanto, também não nos enganamos, pois mesmo com as novas políticas como o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o problema ainda não foi solucionado.

Se por um lado o setor público ainda é deficiente e não consegue atender a demanda, o setor privado aproveita a oportunidade e se amplia. Assim como não é verdade que as instituições públicas são territórios dos alunos menos favorecidos economicamente, as instituições privadas também não possuem apenas alunos que podem pagar. Daí justifica-se os programas como Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

2. O CURSO DE GEOGRAFIA E AS INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS NO ESTADO DE GOIÁS⁵

O portal do e-MEC permite fazer uma busca sobre as instituições e cursos cadastrados e regulamentados junto ao MEC. Segundo o sistema existem 6 instituições formadoras em Geografia em atividade no estado de Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns (FECHA) e Faculdade Alfredo Nasser (FAN). No conjunto, estas universidades oferecem 25 cursos de Geografia presenciais (Gráfico 3), sendo 4 cursos de bacharelado e 21 cursos de licenciatura espalhados por diversos municípios goianos.

Já em relação aos cursos à distância (EaD) existem 7 cursos de Geografia cadastrados, todos em licenciatura, ofertados por instituições distintas, são elas: Universidade de Brasília (UNB), Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), Universidade de Uberaba (UNIUBE), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC SALVADOR), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

A UEG, em número de vagas presenciais oferecidas, é a principal instituição formadora no estado de Goiás (Tabela 2). Criada oficialmente em 1999, essa instituição é fruto da fusão de 13 faculdades estaduais, até então isoladas, espalhadas pelo território goiano, que deram origem a uma universidade multicampi, atualmente composta por 42 unidades universitárias,

⁵ Os dados se referem até o ano de 2011, em função da adesão da UFG ao SISU (Sistema de Seleção Unificada), a partir de então, o que dificultaria uma comparação com a demanda registrada via vestibular.

em 40 cidades distintas, além de 4 polos universitários (que ofertam apenas cursos parcelados ou pós-graduação).

Em relação à Geografia, a UEG oferece somente cursos presenciais de licenciatura, em 12 cidades goianas, totalizando 390 vagas ofertadas anualmente. Os cursos são predominantemente noturnos e, embora a instituição tenha unificado há alguns anos suas matrizes curriculares, o cadastro no e-MEC ainda indica cargas horárias diferenciadas entre eles – alguns inclusive abaixo da carga horária mínima, de 2.800h, exigida pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CP n. 2/2002).

Tabela 2: UEG - Cursos de Geografia Ofertados (2011)

CIDADE	VAGAS	TURNO	ANO INÍCIO	CH	CPC 2008
Porangatu	24	Noturno	1985	2.560 h	2
Anápolis	32	Matutino	1986	2.752 h	2
Formosa	32	Noturno	1986	3.276 h	3
Itapuranga	32	Noturno	1988	2.816 h	3
Quirinópolis	32	Noturno	1988	2.816 h	2
Iporá	32	Noturno	1988	2.560 h	2
Morrinhos	32	Noturno	1988	2.880 h	3
Goiás	32	Noturno	1989	2.564 h	2
Pires do Rio	32	Noturno	1994	2.478 h	3
Minaçu	32	Noturno	2003	3.236 h	2
Planaltina	N.D.	Matutino	2005	2.880 h	S/C
Luziânia	N.D.	Noturno	2006	3.200 h	S/C

Fonte: e-MEC, 2012. CPC: Conceito Preliminar de Curso.

Segunda maior instituição formadora na área de Geografia, a Universidade Federal de Goiás (UFG) também oferta apenas cursos presenciais, em 3 cidades goianas. A UFG é a única instituição pública a oferecer as formações em Licenciatura e Bacharelado, com um total de 210 vagas ofertadas anualmente (Tabela 3). O Bacharelado do curso de Geografia do campus de Goiânia permite que o aluno possa optar por uma das seguintes habilitações: Análise Ambiental ou Planejamento Urbano e Regional. Como cada campus da UFG passou a ter autonomia para instituir seus próprios Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), está em curso um processo de diferenciação das matrizes curriculares e cargas horárias de cada curso.

Tabela 3: UFG: Cursos de Geografia Ofertados (2011)

CIDADE	MODALIDADE E	VAGAS	TURNO	ANO INÍCIO	CH	CPC 2008
Goiânia	Lic. Bach.	60	Diurno	1962	2.856 h	4
	Lic.	40	Noturno	1962	2.856 h	4
Catalão	Lic.	50	Noturno	1986/2008	?	4
	Bach.	30	Integral	1986/2008	?	4

Jataí	Lic. Bach.	40	Noturno	1994	2.856 h	3
-------	---------------	----	---------	------	---------	---

Fonte: e-MEC, 2011. CH = carga horária. CPC = Conceito Preliminar de Curso.

As demais instituições formadoras com cursos presenciais, constantes no cadastro do e-MEC (Tabela 4), são todas privadas e concentram suas instalações na Capital ou nas proximidades. O curso da PUC Goiás, embora seja o mais antigo do estado de Goiás, vem enfrentando dificuldades para sua manutenção. Em anos recentes, sequer chegou a abrir novas turmas. O bacharelado, por sua vez, consta nos registros do MEC como “em extinção” e não vem sendo ofertado nos processos seletivos da instituição há alguns anos. Há também alguns problemas relativos a incoerências entre o que está registrado no e-MEC, que indica o curso apenas como noturno, e aquilo que é de fato realizado por parte da PUC Goiás, que abre vagas em seus vestibulares tanto para o noturno quanto para o diurno.

Tabela 4: GOIÁS - Outras Instituições com Oferta de Cursos Presenciais de Geografia (2011)

NOME	LOCAL	IGC / CPC (2008)	MO D.	VAGA S	TURN O	ANO INÍCI O	CH
Faculdade Alfredo Nasser - FAN	Aparecida de Goiânia	3 e S/C	Lic.	100 100	Matutino Noturno	2005	3.296 h
Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns - FECHA	Anicuns	2 e S/C	Lic. Bach	?	?	?	?
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás	Goiânia	3 e S/C	Lic. Bach	100 Em extinçã o	Noturno Noturno	1949 2008	2.810 h 3.200 h

Fonte: e-MEC, 2011. CH = carga horária. IGC = Índice Geral de Cursos.

Nota: como os cursos ainda não apresentavam CPC, optou-se por indicar a avaliação geral da instituição.

Infelizmente, os dados do e-MEC referentes à Faculdade de Educação e Ciências de Anicuns (FECHA) estão confusos e, como o *site* da instituição não permite consulta às características do curso ou ao processo seletivo (vestibular), não é possível afirmar se, de fato, a instituição oferece apenas a Licenciatura ou também o Bacharelado (este, por exemplo, aparece no e-MEC com a designação “Bacharelado em Geografia com Habilitação em Magistério das Quatro Últimas Séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio”).

Infelizmente, a Faculdade Alfredo Nasser (FAN) não permite verificar em seu *site* como tem sido a oferta das vagas em seus vestibulares, o que possibilitaria averiguar se há realmente turmas em dois turnos (matutino e noturno). Já a Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) sequer informa, em sua página principal na Internet, a existência de um curso de graduação em Geografia. Mas há a referência a um curso de EaD no site destinado ao seu vestibular, também sem maiores informações. Portanto, as 400 vagas presenciais registradas no e-MEC não têm sido, de fato, ofertadas pela instituição.

No que se refere ao Ensino a Distância (EaD), os registros do MEC cientificam que as quatro instituições ofertantes atuam em 22 municípios goianos (Tabela 5). Algo que chama a atenção em relação a todas elas, por mais contraditório que isso possa parecer, é a dificuldade de acesso a informações, em seus ambientes virtuais, sobre a estrutura de funcionamento dos cursos, como o número de vagas ofertadas, as formas de avaliação, a existência ou não de aulas laboratoriais e o acompanhamento do estágio obrigatório.

Também aqui há algumas inconsistências nas informações, entre o que é indicado no e-MEC e aquilo que é disponibilizado pelas instituições. A Universidade de Brasília, por exemplo, informa, em seu site, que oferece vagas no município de Goiás, localidade que não está registrada no e-MEC como autorizada à instituição.

Tabela 5: GOIÁS - Instituições com Oferta de Cursos de Geografia a Distância (2011)

NOME	LOCAL	IGC (2008)	MOD.	Vagas ofertadas	INÍCIO	CH
Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Salvador	Águas Lindas, Alexânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Formosa, Goiânia, Ipameri, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros, Novo Gama, Padre Bernardo, Pires do Rio, Planaltina, Rio Verde, Senador Canedo, Trindade, Valparaíso.	2	Lic.	300	2005	2.800 h
Universidade de Brasília - UnB	Formosa, Luziânia, Planaltina	3	Lic.	N.D.	2009	2.520 h
Universidade de Uberaba - UNIUBE	Quirinópolis	3	Lic.	60	2007	3.010 h
Universidade Salgado de Oliveira -UNIVERSO*	Goiânia	3	Lic.	200	2007	3.030 h

Fonte: e-MEC, 2011. CH = carga horária. IGC = Índice Geral de Cursos.

Chama a atenção o montante de municípios cobertos pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC Salvador) – 20 ao todo. Contudo, sua página na Internet não fornece maiores esclarecimentos sobre a existência ou não de pólos presenciais nessas localidades, como ocorre, por exemplo, nos casos da UnB, UNIUBE e UNIVERSO. Como não há publicação dos dados sobre o processo seletivo para ingresso ou sobre os registros de matrículas, não foi possível verificar o número exato de vagas que vem sendo ofertadas por essas instituições, qual a demanda existente (número de candidatos por vaga) e tampouco se elas tem sido ou não preenchidas.

3. A DEMANDA PARA OS CURSOS DE GEOGRAFIA E O MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE GOIÁS

De todas as instituições superiores que ofertam cursos presenciais de Geografia no estado de Goiás, apenas a UFG e a UEG (Tabela 6) disponibilizam suas informações publicamente na Internet – o que inviabilizou a análise comparativa dos processos seletivos de todas elas. Entretanto, os números da UFG e da UEG são bastante representativos quanto à

demanda pelo curso de Geografia em Goiás, já que elas respondem por, no mínimo, 57% das vagas realmente ofertadas anualmente.

Tabela 6: Demanda para os Cursos de Geografia na UFG e na UEG – 2007 a 2011

INSTITUIÇÃO	CIDADE	PERIODO	Candidatos por Vaga (C/V)				
			2007	2008	2009	2010	2011
UFG	Goiânia	Diurno	4,63	3,48	2,37	2,45	2,48
		Noturno - Lic.	3,88	3,73	3,18	2,33	2,40
	Jataí	Noturno	1,90	2,03	1,93	1,45	1,48
	Catalão	Noturno - Lic.*	1,80	1,96	1,16	1,34	0,74
		Integral - Bach.	-	-	0,33	0,33	2,13
UEG	Anápolis	Matutino	3,28	3,13	3,66	2,25	2,56
	Formosa	Noturno	7,08	9,84	8,75	6,47	5,28
	Goiás	Noturno	2,68	3,22	3,16	3,22	2,91
	Iporá	Noturno	3,28	4,81	3,66	1,94	2,34
	Itapuranga	Noturno	4,25	4,09	3,72	3,28	3,75
	Minaçu	Noturno	3,60	3,72	3,00	2,38	2,50
	Morrinhos	Noturno	3,65	3,72	3,31	2,72	1,63
	Pires do Rio	Noturno	2,53	2,69	2,88	2,44	2,59
	Porangatu	Noturno	5,83	9,29	7,54	7,00	7,71
	Quirinópolis	Noturno	4,15	4,13	2,41	2,59	2,09

Fonte: Centro de Seleção da UFG; Núcleo de Seleção da UEG.

* Até 2008 a entrada era conjunta para Licenciatura e Bacharelado.

Há em comum entre as duas universidades o fato de que a busca pelo curso de Geografia apresenta um processo de decréscimo ao longo dos anos observados. Embora algumas unidades da UEG e da UFG registrem um ligeiro crescimento da demanda entre 2007 e 2008, ele é seguido de queda nos anos seguintes, mas com algumas oscilações positivas em 2010.

Tem se tornado cada vez mais comum – especialmente por parte da mídia –, a referência à existência de um “declínio generalizado na busca pelos cursos de formação de professores”, ao longo dos últimos anos. Contudo, há também que se considerar o aumento na oferta de vagas no ensino superior como um todo, que salta de pouco mais de 516 mil, em 1991, para mais de 2,8 milhões já em 2007 (MEC/INEP, 2011b). Isso de certa forma diluiu a demanda reprimida que já existia, entre as diversas instituições e cursos, novos ou antigos, o que se reflete na diminuição da concorrência pelas vagas.

Informações referentes apenas à UFG demonstram que, à exceção das carreiras tradicionalmente mais valorizadas no Brasil (Direito, Medicina, Engenharias), a redução do número de candidatos por vaga ocorreu de forma geral, entre cursos de licenciatura e de bacharelado, embora se registre uma queda um pouco mais expressiva entre as licenciaturas (com algumas exceções, como Educação Física e Biologia), e especialmente nos cursos ofertados nos campi do interior (Catalão, Jataí e Goiás).

Contraditoriamente, ainda há uma grande demanda por professores no estado de Goiás. De acordo com os dados do Censo Escolar (MEC/INEP, 2011c), somente no ano de

2007 havia necessidade da formação ou requalificação de 59.030 professores para atender às necessidades das redes públicas estadual e municipais de Goiás. Desse total, 16.693 vagas se referem apenas a docentes que já atuavam na atividade de ensino, mas sem possuir qualquer curso superior.

A Geografia, por sua vez, figurava naquele ano como a área com a quarta maior demanda por professores (Tabela 7). De um montante de 8.274 professores atuando na disciplina Geografia, nas redes públicas estadual, 2.232 não possuíam formação superior; outros 5.461 possuíam a licenciatura, mas em outra área; e 581 professores eram graduados, mas sem a licenciatura.

Tabela 7: GOIÁS - Demandas da Formação de Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio (2007)

Disciplinas	Rede Estadual	Rede Municipal
1. Português	2.763	6.867
2. Matemática	2.483	7.114
3. História	2.049	6.271
4. Geografia	2.044	6.230
5. Artes	2.259	5.635
6. Educação Física	1.427	3.924
7. Ciências	2.255	2.249
8. Inglês	1.103	1.048
9. Física	771	52
10. Química	540	43
11. Sociologia	478	97
12. Filosofia	519	36
13. Biologia	366	34
14. Espanhol	219	39
15. Informática	5	101
16. Outra Língua	6	9
TOTAL	19.285	39.745

Fonte: Educacenso, 2007. MEC/INEP/SEEC/SUDA/GAED – Núcleo do Censo Escolar.

Contudo, os problemas existentes na carreira do magistério, como os baixos salários, a falta de apoio à progressão funcional, as queixas quanto à indisciplina em sala de aula, a ineficiência da gestão nas unidades escolares ou ainda a formação inicial deficiente, são todos fatores que tem afugentado os professores do exercício da docência. De todos eles, apenas o último – formação inicial – está diretamente relacionado à atuação das instituições de ensino superior.

O resultado de um concurso para professor da rede estadual (Tabela 8), realizado em 2009 pelo Centro de Seleção da UFG, apresentou um cenário no mínimo preocupante. Entre os mais de 2 mil candidatos às vagas da área de Geografia, apenas 20 conseguiram ser aprovados nas duas etapas do concurso, ou seja, menos de 1% do total.

Tabela 8: Resultado do Concurso para Professor – 2009 – Secretaria de Educação do Estado de Goiás

Disciplina	Total de inscritos	APROVADOS		
		Prova Objetiva	Prova Discursiva	% do Total de Inscritos
Música	192	94	81	42,19
Dança	148	33	30	20,27
Sociologia	326	40	38	11,66
Teatro	68	7	6	8,82
Espanhol	269	18	17	6,32
Química	856	64	50	5,84
Artes Visuais	257	14	13	5,06
Intérprete de Libras	556	28	25	4,50
Instrutor de Libras	104	4	4	3,85
Educação Física	2.940	167	102	3,47
Biologia	2.764	90	85	3,08
Inglês	1.306	100	36	2,76
Física	333	6	6	1,80
Matemática	2.943	68	50	1,70
História	3.230	121	40	1,24
Geografia	2.053	21	20	0,97
Português	5.152	57	41	0,80
Filosofia	673	3	3	0,45
TOTAL	24.170	935	647	2,68

Fonte: Centro de Seleção da UFG, 2009.

Os percentuais muito baixos de aprovações foram a regra no resultado desse concurso, em todas as áreas (à exceção de Música). À época, algumas críticas recaíram sobre a Secretaria Estadual de Educação, por estabelecer um aproveitamento mínimo de 75% na primeira fase do concurso, de provas objetivas. Contudo, o que deveria alertar a sociedade é justamente o nível de qualificação dos profissionais que têm saído das universidades e faculdades com o título de “Licenciatura Plena”: sujeitos incapazes de demonstrar um aproveitamento mínimo de $\frac{3}{4}$ dos conteúdos para os quais pleiteiam ser os novos “mestres”.

Esse fator deve ser considerado pelas autoridades, no momento da elaboração de políticas públicas destinadas a elevar a qualidade do ensino como um todo. Ou seja, da mesma forma que nossos alunos têm demonstrado enorme deficiência na aprendizagem nos níveis iniciais (educação básica), também o ensino superior carece de uma requalificação. E, se considerarmos que a regra dos concursos públicos para professor não têm sido a demonstrada no citado anteriormente, isto é, há sempre um número maior de aprovados, embora com baixo aproveitamento nas notas, pode-se concluir que grande parte dos docentes, hoje em atividade nas redes de ensino básico, necessita de um programa de formação continuada, não apenas para atualização profissional, mas para suprir problemas na formação inicial.

E, claro, as próprias instituições formadoras precisam ser acompanhadas, no intuito de se adequarem a padrões mínimos de exigência no que se refere à formação dos profissionais da educação. O Ministério da Educação vem adotando uma política nesse sentido, ao longo das últimas décadas, com a implantação de critérios de avaliação das instituições de ensino superior, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), citado anteriormente, que envolve três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O Sinaes se vale de instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade, por meio de processos de avaliação de cursos, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e as avaliações *in loco* realizadas pelas comissões de especialistas. Os resultados são expressos em indicadores, como o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), ambos com variação de 1 a 5. Os dois indicadores orientam as visitas *in loco* dos avaliadores do Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Inep (MEC/INEP, 2011a), o IGC é construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. O resultado é expresso em valores contínuos (que vão de 0 a 500) e em faixas (de 1 a 5). Notas 1 e 2 são consideradas insatisfatórias e as instituições são obrigatoriamente visitadas pela Comissão de Avaliação *in loco* do MEC. Caso as visitas dos especialistas confirmem o resultado do IGC, inclusive após o prazo para recursos, a instituição não poderá abrir novos campi, cursos ou ampliar vagas em cursos existentes até resolver os problemas indicados.

O CPC, por sua vez, é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. As variáveis utilizadas em sua composição são retiradas do Enade. Da mesma forma que o IGC, Notas 1 e 2 são consideradas insatisfatórias e os cursos são automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep. Cursos com conceito igual ou maior que 3 podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente.

Conforme indicado nas tabelas anteriores (Tabelas 4, 5, 6 e 7), nenhuma IES atuante no estado de Goiás, com oferta de cursos de Geografia, foi considerada de “excelência” nas avaliações do MEC, isto é, nenhuma obteve CPC ou IGC igual a 5. Dentre todas elas, apenas a UFG obteve CPC igual a 4, no último triênio avaliado. Entre as unidades da UEG, metade obteve apenas nota 2, duas não foram ainda avaliadas e apenas quatro obtiveram nota 3. As demais IES, com cursos presenciais ou a distância, ainda não tiveram seus cursos de Geografia avaliados. Mas seus conceitos no IGC não ultrapassaram a nota 3, sendo que duas delas (Faculdade de Anicuns e FTC Salvador) obtiveram apenas a nota 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que possamos fazer ressalvas quanto aos parâmetros e variáveis adotados pelo MEC nas avaliações dos cursos e instituições de ensino superior, ou quanto aos critérios de escolha de conteúdos, de elaboração de questões e de ponto de corte adotados em concursos para seleção de professores, como o da Secretaria Estadual de Educação, citado anteriormente, ainda assim é necessário reconhecer que há, sim, problemas na formação inicial dos futuros docentes de Geografia. Mas não apenas na deles.

Uma das queixas mais frequentes dos professores brasileiros, na atualidade, se refere ao despreparo dos alunos que recebem em suas salas de aula – sejam eles do Ensino Fundamental, do Ensino Médio ou mesmo do Ensino Superior. Muitos estudantes brasileiros têm chegado à segunda fase do Ensino Fundamental (6º ano) sem saber ler ou escrever da forma minimamente necessária e com extremas dificuldades em relação ao uso das operações básicas de matemática. Mas como isso é possível, ainda mais quando se considera o fato de que há elevados índices de retenção?

Uma formação deficiente em português e matemática fatalmente se reflete das demais disciplinas, pois o estudante passa a ter dificuldades com a interpretação de textos e de resolução de problemas lógicos; em estabelecer correlações entre fatos e situações; em realizar análises e sínteses; entre outras diversas operações cognitivas. O pior é que os professores das séries posteriores à primeira fase do Ensino Fundamental normalmente não estão habilitados para lidar com tais problemas e, portanto, não sabem como saná-los. O resultado disso tem sido ou o aumento das reprovações ou a transferência do problema para as séries seguintes – o que perpetua o ciclo de ensino-aprendizagem deficiente.

Pode-se aventar, então, que os docentes responsáveis pelas séries iniciais da educação formal, que apresentem uma formação deficitária, contribuem de forma significativa para perpetuar o problema. Na maioria dos casos, as séries iniciais estão a cargo dos licenciados em Pedagogia. E uma rápida consulta aos dados do e-MEC indica que, em Goiás, assim como ocorre com a Geografia, nenhuma instituição possui curso de Pedagogia com conceito 5. E apenas três apresentam o conceito 4: UFG (presencial), UnB (a distância) e Universidade Luterana do Brasil – Ulbra (a distância).

Não se trata, aqui, de simplificar a busca por “culpados” pelas mazelas da educação no Brasil. Essa é uma tarefa complexa. Mas é preciso, sim, apontar caminhos para a definição de políticas públicas (e, porque não, também da iniciativa privada) nesse sentido. Alguns itens dessa “agenda” de fato já vêm sendo assumidos pelos governantes – ainda que parcialmente. É o caso da expansão do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), para o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); da implantação do Piso Profissional Nacional; do cumprimento aos preceitos estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); da execução do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR); da criação de programas de fomento específicos para as licenciaturas, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); entre outras diversas iniciativas.

Há, portanto, uma luz no fim do túnel. As ações federais, estaduais e municipais (e em alguns casos, até mesmo as privadas) estão sendo gradualmente articuladas. Há disposição para investimentos na educação. Há também exigência do mercado de trabalho, carente de profissionais minimamente habilitados. Cabe às instituições formadoras, portanto, assumir o seu papel nesse processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND; UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. Redes de aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília: MEC; UNICEF; UNDIME, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº. 2**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Indicador de qualidade das instituições de educação superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 16 maio 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior de 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso em: 6 maio 2011b.

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar (Educacenso) 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 6 maio 2011c.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema de Regulação do Ensino Superior – e-MEC. 2011. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 maio 2011.

PENIN, S.T.S. **A formação dos professores e a responsabilidade das universidades**. In: Instituto de Estudos Avançados, vol.15, no.42, 2001. São Paulo: Universidade de São Paulo. p. 317-332.

PESSOA, Hugo Costa. **O desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), Edição de 2009**. Disponível em: <<http://www.tce.ro.gov.br/arquivos/Downloads/Publicacao-Odese-14-12-10-15-14-56.pdf>>. Acesso em: 14 março 2011.

PROGRAMME for International Student Assessment (PISA). **PISA Results**. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/61/0,3746,en_32252351_46584327_46567613_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 14 março 2011.

ROSA, Dalva E. Gonçalves. **Investigação-ação colaborativa: uma possibilidade para a formação continuada de professores universitários**. In: TIBALLI, Elianda F. A.; CHAVES, Sandramara M. (Orgs.) Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.165-188.

SILVA, Jorge Luis B. da. **Quais saberes constituem um bom professor de Geografia?** In: TONINI, Ivaine Maria. O ensino de Geografia e suas composições curriculares – Porto Alegre: Ufrgs, 2011. p.221 – 243.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Núcleo de Seleção. Estatísticas referentes aos Processos Seletivos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Centro de Seleção. Estatísticas referentes aos Processos Seletivos de 2008, 2009, 2010 e 2011.